

Fernando Molica

A PEC que pretende matar meninas e mulheres

Só um deputado do sexo masculino — alguém incapaz de engravidar — poderia propor uma emenda à Constituição que condena à morte menina e mulheres que, para salvar suas vidas, são obrigadas a interromper a gestação.

Apenas a desumanidade gerada pelo oportunismo religioso, pela cegueira ideológica e pela necessidade de abafar a revelação da trama golpista explica que algo tão abjeto tenha sido admitido pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Proposta pelo então deputado Eduardo Cunha — aquele, aquele — a PEC inclui na Constituição a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção. Na prática, revoga a validade do que está previsto há 84 anos pelo Código Penal, o direito à interrupção da gravidez em caso de estupro ou de risco de vida para a gestante. Em abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal passou a permitir o aborto em caso de fetos com anencefalia: no início do mês seguinte, Cunha apresentou sua PEC.

Um tema tão delicado como o aborto não pode ser tratado de maneira tão irresponsável. São respeitáveis os argumentos dos que, por razões éticas ou religiosas, acreditam que uma nova vida passa a existir no momento da concepção, ainda que o sistema nervoso do feto só venha a ficar completo meses depois.

Mas o sentido de humanidade exige relativizações. Não é razoável que a maioria dos deputados da CCJ favorável à admissão da PEC não tenha pensado no que faria caso a interrupção da gravidez fosse a alternativa para salvar a vida de sua mulher, filha ou namorada. Ou se acharia razoável ver uma delas na condição de mãe de filho de estuprador.

Não é razoável também obrigar uma mulher a carregar no seu corpo um feto que morrerá ao nascer por anencefalia. Uma gravidez embalada pelo luto, que impede a gestante de preparar um quarto para seu filho, comprar roupinhas e berço.

Parlamentares que tanto pregam pelo valor absoluto da vida

costumam ser os mesmos incapazes de demonstrar qualquer solidariedade com crianças acusadas de cometer crimes, muitos toleram a instituição de uma ditadura que mata e tortura.

Entre eles certamente haverá os que cometeram desvios que abreviaram a vida de gente que morreu vítima de falta de comida ou de assistência médica. A PEC ainda inviabiliza tratamentos como fertilização in vitro e pesquisas com células-tronco.

Aborto não é e não pode ser encarado como um meio de controle de natalidade — sequer é visto assim por defensores de sua legalização —, mas é algo que existe, faz parte da vida.

É bem provável que você, leitor, já tenha sido informado que uma parente ou amiga tenha recorrido à interrupção de uma gravidez. Caso um caso desses tenha chegado ao seu conhecimento — e trato aqui apenas de abortos ilegais —, você denunciou a mulher e a clínica como certamente faria num caso de homicídio? Se não tiver tomado esta atitude, terá demonstrado que,

na prática, não concorda com a equiparação de aborto com assassinato, não acha que aquelas mulheres mereciam cadeia.

Assim como em tantos outros casos, muitos brasileiros preferem tratar o tema do aborto com hipocrisia. Em 2021, 150 mil mulheres foram internadas no país para tratar consequências de abortos, quase todos ilegais.

No mesmo ano, foram abertos apenas 333 processos judiciais para apurar e punir os responsáveis pelo o que o Código Penal classifica de crime contra vida: isso representou 0,22% dos atendimentos médicos oficialmente registrados em hospitais (ficaram de fora os milhares de outros casos que não geraram maiores complicações).

É improvável que a tal PEC seja aprovada, mas só o fato de ela tramitar demonstra a insensibilidade dos que se mostram incapazes de encarar com seriedade um tema complexo e doloroso. Não se pode optar pela hipocrisia dos que se fingem de honestos e pagam propinas ao guarda de trânsito.

EDITORIAL

Falta compromisso para sanar problema

Embora o Brasil tenha alcançado uma cobertura de 99,8% dos municípios em serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos em 2023, o país ainda enfrenta um desafio persistente: o descarte inadequado de resíduos.

De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) do IBGE, 31,9% das cidades utilizam lixões a céu aberto, uma prática prejudicial ao meio ambiente e à saúde pública.

Essa realidade expõe uma contradição gritante, considerando a ampla acessibilidade ao manejo de resíduos. Lixões poluem o solo, recursos hídricos e ar, além de servirem como criadouros de vetores de doenças. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aprovada em 2010, estabeleceu 2014 como prazo para o fim dos lixões, mas dez anos depois, o planejamento não ganhou corpo fora do papel e mais de um terço dos municípios não cumpriu essa meta.

A pesquisa revela também que 28,6% das cidades optam por aterros sanitários, enquanto 18,7% utilizam aterros controlados. Isso demonstra capacidade técnica para avançar,

mas enfrenta entraves financeiros, administrativos e políticos. Ou seja, o caminho correto e como chegar até ele é de conhecimento das autoridades, mas as pernas para cumprir esse trajeto não funcionam.

A persistência dos lixões está associada à falta de recursos nas cidades menores e baixa fiscalização. Porém, falta um compromisso nacional com educação ambiental e incentivo à reciclagem, essenciais para reduzir a dependência de aterros e promover a economia circular.

Para superar esse desafio, é necessária ação conjunta entre governo, sociedade e empresas. A destinação de resíduos deve ser tratada como prioridade estratégica, com investimentos em aterros sanitários e programas de reciclagem. Municípios precisam de apoio financeiro e técnico, enquanto a população deve ser educada para participar ativamente da gestão dos resíduos.

A erradicação dos lixões não é apenas uma meta ambiental, mas um imperativo moral e social. É hora de abandonar a cultura do descarte irresponsável e adotar práticas sustentáveis que respeitem o meio ambiente e as futuras gerações.

Alexandre Garcia

Na nossa cara

Nossos representantes políticos, para fingir que fazem alguma coisa, anunciam medidas ilusórias, de propaganda. Vão anunciando programas, intervenções superficiais e transitórias, mas tudo fica só na demagogia. As leis lenientes continuam as mesmas, a mídia continua induzindo o povo a ficar contra a polícia, e os assaltantes, traficantes e contrabandistas continuam sendo muito bem tratados pelas audiências de custódia e voltam às ruas para assaltar e matar. A impunidade infla a cultura da transgressão da lei e a corrupção é premiada com ausência de castigo.

O crime já têm há décadas áreas fora da soberania do estado nacional no Rio de Janeiro e ago-

ra se expande na Amazônia e nas grandes cidades. Não é de hoje, vem de muitas décadas, desde a existência de autoridade sob mesada do jogo do bicho. E todos fomos induzidos, pela mídia e intelectuais, a pensar que isso é natural. Juntam-se a fraqueza e ineficácia das leis à fraqueza e ineficácia dos que representam o estado, em seus três níveis e seus três poderes. E a sabedoria popular, que tudo observa, pelos capilares do estado, sabe quem vende sentença, quem recebe propina do crime, quem facilita, quem está infiltrado.

Parece um plano para enfraquecer o Brasil, enfraquecendo a estrutura da nação. Por isso ficamos subindo um degrau e descendo dois, numa ciclotimia doentia.

Vejo, por exemplo, que desde 2010 estamos quase parados em produtividade e PIB, mesmo com os grandes avanços do Agro. Com o nosso potencial, a vocação é de potência mas, embora não acredite em conspirações, sinto que se enfraquece a célula-básica da nação, a família; restringe-se a religião, que dá valores e temores; o ensino vira catequese ideológica e esquece as ciências e artes; divide-se o brasileiro em sulistas e nordestinos, em homens e mulheres, em brancos e negros, em pobres e ricos; liberam-se drogas para fragilizar o amor-próprio.

Até as forças armadas são alvo dos que querem dividir. "Divide et impera", usavam os romanos para dominar. Fazem tudo para

fragilizar a polícia. A política externa fica sem rumos, a censura ilegal cala a manifestação do pensamento, o pagador de impostos é onerado até esmagarem a livre iniciativa; o estado precisa de mais impostos para custear seus privilégios; tira-se a autonomia financeira dos indivíduos e das pessoas jurídicas públicas e privadas para que dependam apenas de um poder central - e não notamos tudo isso, como não notamos, por décadas, o crescimento do crime. Assim cresce a dominação, não sei se planejada e concertada ou se é improvisada e espontânea. Como disse Cervantes, pela boca de Dom Quixote, em tradução livre: Não acredito em bruxas, mas elas andam por aí.

Cuidado animal ao alcance de todos

A chegada da unidade móvel do Serviço Público Veterinário ao Gama é, sem dúvida, um alívio para muitos tutores de cães e gatos que enfrentam dificuldades financeiras para cuidar da saúde de seus animais. Oferecer atendimentos primários gratuitos em uma região onde o acesso a serviços veterinários é limitado demonstra sensibilidade por parte do poder público em atender uma demanda crescente.

No entanto, é preciso reconhecer as limitações desse projeto. A ausência de serviços cirúrgicos, exames de imagem e atendimentos de emergência, por exemplo, deixa lacunas importantes no cuidado integral dos animais. Muitos tutores, ao se depararem com a necessidade desses serviços, enfrentarão o desafio de agendá-los na sede do HVep em Taguatinga, o que, para algumas famílias,

representa um custo financeiro e logístico considerável. Ainda assim, há mérito na proposta. A previsão de mais de 600 atendimentos em três meses reflete o impacto positivo que uma iniciativa como essa pode ter na comunidade, especialmente ao reforçar a importância dos cuidados preventivos para a saúde animal. Mas será suficiente? Dez senhas diárias parecem pouco diante da grande demanda de uma população que cresce junto com seus desafios.

O bem-estar animal é uma questão de saúde pública. Animais saudáveis vivem mais, transmitem menos doenças e trazem benefícios emocionais inegáveis às famílias. Expandir e fortalecer iniciativas como o HVep, com mais unidades móveis, maior capacidade de atendimento e serviços mais abrangentes, deveria estar no centro das políticas públicas.

Aristóteles Drummond

Sarney escritor

Está sendo lançada a sétima edição de "Norte das Águas", primeiro livro de ficção de José Sarney, de 1969. A política conviveu com a literatura ao longo da carreira deste admirável brasileiro, cujo reconhecimento e os títulos nunca afetaram a simplicidade pessoal e a bondade na alma. As duas atividades relevantes e que pedem atenção também não interferiram na correção da figura humana de afetuoso filho, marido e pai. E bom, correto e generoso amigo.

Sobre José Sarney pode-se afirmar sem risco de erro que o ódio nunca entrou em seu coração. Teve motivos de ressentimentos, pelas injustiças e ingratidões que sofreu ao longo

da caminhada. Mas em nenhum momento se deixou levar por legítimo sentimento de revolta.

A história desse livro inclui a edição inglesa com prefácio de Antônio Olinto, o grande acadêmico e romancista de "A Casa da Água", e a francesa com prefácio do imortal Jorge Amado. Em Portugal, prefácio de Alçada Baptista e, no Brasil, de Josué Montello, outro notável maranhense. Não é pouca coisa.

A edição é da Resistência Cultural, uma editora de alta qualidade, com sede em São Luiz e sob o comando de um jovem talentoso, Jose Lorêdo Filho, dono de uma das mais completas culturas da terra de Gonçalves Dias. Aliás, a importância dos editores-inte-

lectuais deve de ser lembrada, inclusive pelas academias, pois, sem eles, os livros continuariam restritos. Nossa literatura muito deve a editores de cultura como Augusto Frederico Schmidt, José Olympio, Henrique Pongetti e, hoje, o admirável José Mario Pereira. São Luiz se inclui neste mapa no editor da Resistência Cultural, com um catálogo de grande qualidade.

Getúlio Vargas e Fernando Henrique Cardoso foram acadêmicos no exercício ou depois da Presidência da República e mais na cota de personalidades do que de escritores. FHC chegou a pedir que se esquecesse do que escreveu.

José Sarney ingressou na Casa de Machado de Assis seis anos

antes de assumir a Presidência da República. Sua obra tem musculatura, poesia, contos e ele nunca deixou de ser o jornalista da cidade e o amigo de Carlos Castelo Branco, Odilo Costa Filho e Ferreira Gullar, entre outros. Este sempre foi seu mundo, onde se refugiava do ambiente político nem sempre agradável.

Lembrar a personalidade e a obra desse brasileiro, que é hoje o nome mais respeitado como político experiente e de mãos limpas, é servir à democracia.

Precisamos superar este momento em que os figurantes, quase todos, não têm grandeza a ser reconhecida. Tem gente boa para entrar em campo, no modelo cívico e patriótico de José Sarney.

Opinião do leitor

Fé

O mundo anda em falta de sintonia aos preceitos da Bíblia Sagrada; percebe-se que o individualismo cresce a olhos vistos; a concentração de rendas assusta - cada vez mais - com ela e outros fatores graves, como as guerras, se avolumam em sérios problemas psicológicos e convulsões sociais na humanidade.

Antônio Carlos Sampaio Machado
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA

HÁ 95 ANOS: POTÊNCIAS POTEM INTERVIR NA GUERRA SINO-RUSSA

As principais notícias do Correio da Manhã em 30 de novembro de 1929 foram: Violento incêndio destrói um quarteirão em Rosário,

na Argentina, e prejuízo fica em torno de 2 milhões de pesos. Potências mundiais examinam a possibilidade de intervenção na guerra entre

URSS e China. Áustria organiza reforma naval. Papa Pio XI ordena o monsenhor Antônio José dos Santos para Bispo de Assis.

HÁ 75 ANOS: SENAOD APROVA A REFORMA CONSTITUCIONAL

As principais notícias do Correio da Manhã em 30 de novembro de 1949 foram: EUA não reconhecem o novo governo do Panamá.

Greve geral francesa vira greve parcial, por falta de apoio de alguns sindicatos. ONU recebe acusação de que Argentina tortura os presos po-

líticos. Senado aprova em definitivo a reforma constitucional e comissões de finanças e de justiça fazem força-tarefa para aprovar os orçamentos.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Direção Executiva: Marcos Salles (Presidente)
comercial.grupocorreiodamanha@gmail.com

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br
Redação: Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, e Rafael Lima
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação)
Leo Delfino (Editor)

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22775-057
Brasília: ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes -
Brasília - DF - CEP: 71.736-20

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.